



ATA

**132ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**

CNPS

30 de maio de 2007
Brasília – DF

1 **MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS**
2 **ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO**
3 **NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - CNPS**
4

5 **DATA:** 30 de maio de 2007.

6 **LOCAL:** Sala de Reuniões do 9º Andar do MPS
7

8 **I – PRESENÇAS**
9

10 **Representação do Governo**

11 MPS – Helmut Schwarzer

12 MPS – João Donadon

13 MPS – Leonardo André Paixão

14 MF – Paula Bicudo de Castro Magalhães

15 MP – Rodrigo Antunes de Carvalho

16 MP – Guilherme Costa Delgado
17

18 **Representação dos aposentados e pensionistas**

19 COBAP – Josepha Theotônia de Britto

20 COBAP – Luiz Adalberto da Silva

21 SINTAP – Eptácio Luiz Epaminondas
22

23 **Representação dos trabalhadores em atividade**

24 CONTAG – Evandro José Morello

25 FORÇA SINDICAL – Nilson Santos Bahia
26

27 **Representação dos empregadores**

28 CNF – Jorge Higashino

29 CNC – Roberto Nogueira Ferreira
30

31 **Convidados:**

32 MPS/Dataprev – Edgard Miguel Prates Filho

33 MPS – Marcos Kroll

34 O Estado de São Paulo – Sérgio Wulff Gobetti

35 IPEA – Fernando Gaiger Silva
36

37 **Ausências:**

38 MPS – Luiz Marinho

39 MPS – Carlos Eduardo Gabas

40 INSS – Benedito Adalberto Brunca

41 INSS – Marco Antônio de Oliveira

42 MPS/SRP – Adélia Martins da Matta

43 CENTRAPE – Edmundo Benedetti Filho

44 COBAP – Josias Oliveira Melo

45 SINDNAP – Luiz Antonio Adriano da Silva

46 CGT – Carlos Alberto dos Reis

47 CUT – Maria Júlia Reis Nogueira

48 SDS – Wagner José de Souza

49 CONTAG – Alessandra da Costa Lunas

50 CNI – Aurélio Marcio Nogueira

51 CNM – Paulo Roberto Ziulkoski

52 CNA – João Cândido de Oliveira Neto

53 CNT – Marcos Machado Soares
54

55 **II – ABERTURA**

56

57 Presidindo a Mesa, o Sr. Secretário de Políticas do Ministério da Previdência Social, Helmut
58 Schwarzer, abriu a 132ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social,
59 desejando bom dia a todos os presentes. Em seguida, comunicou que o Ministro Luis
60 Marinho não conduziria a reunião porque estava solucionando problemas relacionados com
61 a questão do trágico episódio da morte do servidor da Previdência Social, um médico perito,
62 em Patrocínio-MG. Expressou o seu pesar pelo acontecido e falou da importância da
63 Previdência Social, na figura do Ministro, demonstrar o seu apoio e solidariedade à família
64 do servidor. Ressaltou, também, a necessidade de se discutir sobre as melhores condições
65 de segurança para os servidores da Previdência Social, visto que aquele não era o primeiro
66 caso de morte de servidores em plena atividade nas agências e que aquele tipo de situação
67 não poderia acontecer mais. Citou a dureza da situação social no Brasil, no âmbito das
68 desigualdades sociais, e falou sobre a contribuição que a Previdência Social dava para o
69 equilíbrio dessas desigualdades. Informou sobre a divulgação dos novos números de
70 indicadores sociais da Previdência Social, segundo dados do PLA de 2005, onde era
71 possível verificar o crescimento da cobertura da Previdência. O Sr. Presidente passou a
72 palavra para o Sr. conselheiro Nilson Santos, o qual pediu desculpas pela ausência do Sr.
73 conselheiro Luis Antônio, representante da Força Sindical. Em seguida, o Sr. Presidente
74 passou a palavra para o Sr. conselheiro Epitácio Epaminondas, representante da CUT, o
75 qual demonstrou a sua preocupação em relação à questão dos médicos peritos e passou às
76 mãos do Sr. Presidente uma lista de solicitações que têm chegado à Central do Estado de
77 São Paulo, cobrando medidas, soluções para a falta de segurança para esses profissionais.
78 O Sr. Presidente registrou o pedido para que o caso de perícia médica fosse discutido em
79 uma outra reunião. O Sr. conselheiro Evandro José pediu a palavra e ressaltou também a
80 sua preocupação em relação à questão da perícia médica e sugeriu que se fizesse uma
81 reunião mais ampla envolvendo o Governo, a sociedade civil e a classe da perícia médica
82 para que juntos pudessem discutir melhor sobre o tema. O Sr. Presidente passou a palavra
83 à Sra. conselheira Josepha Theotônia, a qual agradeceu por alguns assuntos que foram
84 pedidos para serem pautados naquela reunião e que constavam na pauta e lembrou a todos
85 que dois assuntos importantes não constavam da pauta: o funcionamento da 135 e o
86 empréstimo consignado; e solicitou que fosse dado uma atenção especial àqueles dois
87 itens. O Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Guilherme Delgado, que informou que foi
88 solicitado ao IPEA uma avaliação do benefício por incapacidade e que ele acreditava que
89 essa avaliação poderia reforçar a questão da perícia médica. O Sr. Presidente informou que
90 o Sr. Marco Antônio de Oliveira era o novo Presidente do INSS e que ele ocuparia o lugar do
91 Sr. Valdir Simão à mesa. Fez uma breve homenagem ao Sr. Guilherme Delgado, que iria se
92 aposentar e que conseqüentemente deixaria o CNPS. Agradeceu-lhe pela participação e
93 pelo papel importante que desempenhou em apoio ao Conselho Nacional de Previdência
94 Social. O Sr. Presidente solicitou que o Sr. João Donadon e o Sr. Fernando Gaiger – técnico
95 do IPEA, da Diretoria de Estudos Sociais – tomassem assento à mesa e, em seguida,
96 anunciou os dois temas da Ordem do Dia: Desoneração da Folha Salarial e as Bases
97 Alternativas de Contribuição para a Previdência Social – apresentado pelo Sr. Fernando
98 Gaiger; e alguns parâmetros que o Ministério do Planejamento estava começando a
99 estabelecer para o orçamento de 2008 – apresentado pelo Sr. conselheiro Rodrigo Antunes.
100 Em seguida, o Sr. Presidente informou que, entre uma e outra apresentação, seria colocada
101 a apresentação “Os detalhamentos do PPA do Ministério da Previdência, do Sr. Marcos
102 Kroll, da Subsecretaria de Planejamento Orçamento e Avaliação – SPOA, a pedido do Sr.
103 Ministro Luiz Marinho. Informou, ainda, que ao final da reunião, seriam abordados dois
104 assuntos: o salário-família e a Emenda 3, solicitados na última reunião.

105

106 **III – EXPEDIENTE**

107

108 O Sr. Presidente submeteu à votação a Ata da 131ª Reunião Ordinária, realizada no dia 25
109 de abril de 2007, a qual foi aprovada por unanimidade.

1 – Impacto da desoneração das contribuições trabalhistas sobre a formalização do mercado de trabalho.

O Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Fernando Gaiger, que agradeceu a oportunidade de poder apresentar aquele trabalho a todos os presentes. Em seguida, informou que havia muitos pesquisadores trabalhando no tema apresentado: Impacto da desoneração das contribuições trabalhistas sobre a formalização do mercado de trabalho; e que ele iria traçar um panorama geral da situação. Ressaltou que aquele trabalho estava relacionado à mudança do artigo 195 da Constituição Federal – financiamento da seguridade –, pela Emenda nº 42, abrindo a possibilidade de desoneração dos encargos trabalhistas patronais, dos encargos previdenciários sobre a folha do segmento patronal e substituição deste por um imposto sobre receita ou faturamento que não fosse cumulativo. Informou que foi essa mudança que fez com que vários pesquisadores comesçassem a estudar e avaliar a possibilidade de se ter ganhos na formalidade, no salário ou na arrecadação e na desigualdade. Ressaltou que o principal ponto do debate era se os impactos se dariam sobre os salários ou sobre a formalidade. Mostrou que alguns pesquisadores acreditam que numa desoneração o maior impacto seria sobre o salário e que não ocorreriam mudanças nem na taxa de desemprego nem na cobertura previdenciária e que outros pesquisadores não apostavam nisso. Informou também que alguns pesquisadores mostraram que os efeitos dessa desoneração seriam muito mais sobre a formalidade e que os ganhos seriam pelo mercado de trabalho. Ressaltou que existe uma situação mais consensual entre todos os pesquisadores que era a de que uma desoneração, qualquer que seja, teria impacto positivo sobre a desigualdade e que a desoneração sobre a folha poderia incorrer em melhorias salariais ou melhorias na taxa de desemprego, resultando, então, numa melhoria na desigualdade, ou seja, os maiores e menores salários se aproximariam mais. Ressaltou ainda que se discute muito os impactos distributivos da Previdência, mas se esquece de discutir os impactos distributivos no campo da contribuição e, nesse campo, o impacto é um pouco neutro, não é mais onerado, as pessoas com maiores salários são oneradas na mesma proporção que as demais de menores salários. Demonstrou a importância de se discutir políticas de desoneração sobre menores salários, principalmente sobre a folha, porque os impactos que os estudiosos levantam seriam grandes, principalmente sobre a formalidade. Mostrou a sua preocupação em fazer a migração, permitida pela Constituição, de transferir a perda de arrecadação para um imposto sobre o valor adicionado ou um imposto sobre receita, porque os impostos sobre o valor adicionado ou os impostos sobre o faturamento são caracteristicamente regressivos, porque eles se refletem em preços e principalmente nas despesas de consumo que pesam excessivamente no orçamento dos mais pobres. Mostrou várias transparências destacando os trabalhos realizados por pesquisadores, tais como impactos da desoneração dos encargos trabalhistas sobre o emprego, formalização, salários e arrecadação; propostas de desoneração tributária, dando maior ênfase aos cenários: 1 - redução linear de 10% na carga tributária; 2 - desoneração da contribuição previdenciária do empregado para o primeiro salário mínimo compensada por aumento do tributo sobre o valor adicionado (IVA), a fim de manter a arrecadação; 5 – desoneração da contribuição previdenciária do empregado para o primeiro salário mínimo compensada por aumento do tributo sobre valor adicionado (IVA), com o investimentos em bens de capital totalmente desonerados e 7 – redução dos encargos para os trabalhadores com menor remuneração contrabalançada por meio do aumento dos encargos para os de maior remuneração; impactos de diferentes cenários de desoneração tributária das contribuições patronais sobre a folha salarial em indicadores selecionados; o saldo líquido de empregos formais, segundo propostas de desoneração dos encargos patronais sobre a folha salarial; remuneração líquida do setor formal; o valor da renda domiciliar *per capita* e a participação de aposentadorias e pensões, de contribuições previdenciárias na renda, segundo décimos de renda; famílias com componentes contribuintes da previdência e distribuição das pessoas segundo a posição na ocupação, por décimos de renda monetária;

165 composição da renda monetária segundo a origem do recebimento, por décimos de renda
166 monetária domiciliar *per capita*; o Pis-Cofins como proporção da renda e do gasto, segundo
167 décimos de renda; parcela das aposentadorias e pensões, das contribuições previdenciárias
168 por décimos de renda monetária domiciliar *per capita*; indicadores de concentração, de
169 progressividade e redistributivos dos tributos diretos e, por fim, o Sr. Fernando Gaiger
170 mostrou uma síntese dos estudos realizados sobre os impactos dos encargos trabalhistas
171 no emprego, na formalidade, nos salários, na distribuição e na arrecadação e terminou a sua
172 apresentação agradecendo a todos e passou a palavra ao Sr. Presidente, que agradeceu
173 muito a participação do Sr. Fernando Gaiger e abriu a palavra aos questionamentos. O Sr.
174 Jorge Higashino pediu a palavra e lembrou a todos que, em 1967, havia o IAPB, dos
175 bancários, que sempre funcionou muito bem e era superavitário e perguntou ao Sr.
176 Fernando Gaiger se havia algum trabalho comparativo por segmento. Ressaltou que na área
177 de instituições financeiras a contribuição iria muito além da média geral, enquanto que em
178 outro setor o empregado sempre contribuía sobre o valor prefixado, ou seja, o valor de
179 referência progressiva mais a contribuição. Lembrou que os bancos contribuía sempre
180 22,5% sobre o total da folha. O Sr. Presidente pediu a palavra e informou que seria feito um
181 apanhando de perguntas e que todas seriam respondidas ao final pelo Sr. Fernando Gaiger
182 e, então, passou a palavra ao Sr. Guilherme Delgado ao que reforçou a apresentação do Sr.
183 Fernando Gaiger, no sentido de que os estudos são apenas teóricos não têm nenhum
184 estudo conclusivo a respeito dos impactos, e citou o caso do SIMPLES como exemplo para
185 estudo desse impacto. Ressaltou que nas avaliações de impacto, a única desoneração que
186 pôde ser avaliada, durante praticamente uma década, foi a vigência da lei do SIMPLES,
187 mostrou que tem efeito do ponto de vista de aumento da arrecadação e da formalização. O
188 Sr. Presidente passou a palavra para o Sr. Roberto Nogueira, que informou que há alguns
189 anos vinha acompanhando a discussão da desoneração da folha e que, em certo momento,
190 foi usada a expressão “desoneração da folha” apenas para justificar uma transferência de
191 parte ou do todo, fora o faturamento, o valor agregado. E que, por causa da mudança que já
192 havia sido feita do PIS e que estava em dias de se formalizar a mudança em torno da
193 cumulatividade e não cumulatividade para COFINS, essa discussão ficou prejudicada
194 porque ainda na se tinha, naquele momento, nem a dimensão da variação em termos de
195 efeito na arrecadação. Concluiu dizendo que se preocupava que a mudança e que, mesmo
196 que a justificativa fosse apenas um *marketing* governamental, se estaria introduzindo um
197 aumento na tributação sobre o faturamento ou sobre o valor agregado. Ressaltou que seria
198 uma mudança muito pesada e que teria de ser feita com muita calma porque seria
199 irreversível. O Sr. Fernando Gaiger pediu ao Sr. Presidente para responder aos
200 questionamentos já levantados porque ele não ia poder ficar ali por muito tempo pois tinha
201 um outro compromisso, então, o Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Fernando Gaiger,
202 que passou a ressaltar que a desoneração sobre a folha tem de ser feita acompanhada de
203 outras medidas caso quisesse preservar os impactos distributivos. Acrescentou que nas
204 pesquisas realizadas os números apontavam que uma queda de um ponto, dois pontos, era
205 um aumento no IVA – imposto sobre valor agregado, de 0.3%, o que não seria grande e que
206 para uma política de inclusão previdenciária, mesmo aqueles que eram mais conservadores,
207 em termos desse indicador, mostraram ganhos. O Sr. Roberto Nogueira pediu a palavra e
208 perguntou ao Sr. Fernando Gaiger se realmente haveria impacto com uma redução de um
209 ou dois pontos? Ao que respondeu que uma política do Governo seria retirar dois e meio ou
210 até mesmo quatro, e aumentar 1% no IVA. Citou que constava na nota técnica, das contas
211 que o próprio Ministério apresentou um ponto percentual em termo de arrecadação a 2,4
212 bilhões, ou seja, quatro pontos seriam quatro vezes 2,4 bilhões, que dariam 10 bilhões. O
213 Sr. Roberto Nogueira acrescentou que na verdade seriam 9 bilhões e meio para se tirar
214 quatro pontos, o que daria, 1,12%, a mais, do valor agregado. O Sr. Fernando Gaiger
215 acrescentou que se o impacto, se a política se fizesse acompanhar da continuidade da
216 desoneração do PIS-COFINS sobre o produto de primeira necessidade, se poderia
217 preservar os impactos distributivos. O Sr. conselheiro Roberto Nogueira reforçou que para
218 isso era necessária uma política compensatória no investimento. O Sr. Fernando Gaiger
219 acrescentou que aquele estudo estava sendo calculado apenas em cima do produto formal.

220 Estavam visando apenas o que aconteceria com a empresa, com o salário, mas não estava
221 calculando nada em cima das pessoas que não estavam cobertas pela Previdência e que,
222 mais para frente, poderia ter um ganho previdenciário e uma diminuição nos custos ou nos
223 gastos do sistema de prestação continuada. Ressaltou que essa situação também deveria
224 de ser pesada e que era um caso preocupante. O Sr. Presidente agradeceu mais uma vez a
225 participação do Sr. Fernando Gaiger e informou ao Conselho a possibilidade de o Sr.
226 Fernando Gaiger substituir o Sr. Guilherme Delgado no CNPS, visto que ele estava se
227 incorporando à equipe da Diretoria de Estudos Sociais do IPEA, substituindo o Sr.
228 Guilherme Delgado. Acrescentou que era necessário buscar uma medida compensatória
229 para o efeito distributivo ou procurar uma base alternativa para garantir a arrecadação da
230 Previdência Social. Ressaltou que se esse assunto caminhasse realmente para a via de
231 desoneração da folha salarial, o que poderia, sim, ter, era um impacto favorável, as
232 simulações mostrariam esse impacto, embora não houvesse nenhum consenso entre os
233 especialistas no assunto. Acrescentou que, das experiências que outros países tiveram de
234 desoneração da folha, como foi o caso do Chile, da Argentina, da Espanha, pôde-se
235 aprender que todos tiveram impacto sobre a formalização do emprego dependendo do
236 contexto em que ela ocorreu. Informou que existe um conjunto de medidas que devem ser
237 seguidas e que a desoneração da folha pode ajudar a formalização da população
238 trabalhadora no Brasil. O Sr. conselheiro Roberto Nogueira pediu a palavra e demonstrou a
239 sua preocupação quanto ao que poderia surgir no meio empresarial e privado, por achar que
240 o assunto era desprovido de qualquer sustentação. O Sr. Presidente passou a palavra ao
241 Sr. conselheiro Evandro José, que informou que existia uma série de fatores que
242 precisavam ser analisados, inclusive, por segmentos, porque os impactos poderiam
243 acontecer em alguns segmentos e em outros não. O Sr. Presidente agradeceu a
244 participação de todos os conselheiros e passou a palavra ao Sr. Marcos Kroll.

245 246 2 – Os detalhes do PPA do Ministério da Previdência

247
248 O Sr. Marcos Kroll começou a sua apresentação discorrendo sobre o processo de
249 elaboração do Plano Plurianual para 2008/2011, informou que ainda estavam no Plano
250 Plurianual 2004/2007 e que um novo Plano Plurianual seria feito a partir de 2008. Citou a
251 base legal do Plano Plurianual, o Art. 165 da Constituição Federal, que diz: “As leis de
252 iniciativa do Poder Executivo estabelecerão o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias,
253 que é a LDO, e a Lei de Orçamento Anual”. Deve ser encaminhado por força da
254 Constituição até 31 de agosto de cada ano e seu descumprimento implica em crime de
255 responsabilidade do Presidente da República, segundo o Art. 85 da Constituição Federal.
256 Mostrou o fluxo de elaboração do plano com suas 3 etapas: Orientação estratégica do
257 Governo; Orientação Estratégica do Ministério, o que seria o objeto da reunião; e a
258 elaboração dos programas; o que era consolidado no Plano Plurianual de 2008/2011 e na
259 Lei Orçamentária Anual de 2008. Mostrou ainda os componentes para se realizar o Plano
260 Plurianual: A Estratégia de Financiamento, Orientação Estratégica do Governo, que foi
261 subsidiada pelo programa de Governo do candidato eleito, pelo PAC, pela Avaliação do
262 Plano Plurianual, pelo Plano de Desenvolvimento da Educação e pela Agenda Nacional de
263 Desenvolvimento. Informou que o Estudo de Dimensão Territorial do PPA subsidiava todas
264 as etapas do programa. Mostrou os objetivos que foram definidos pelo Governo para o PPA
265 que são: Promover a inclusão social e a redução das desigualdades; promover o
266 crescimento com sustentabilidade, geração de emprego e distribuição de renda; propiciar o
267 acesso da população brasileira à educação e ao conhecimento em seus diversos níveis,
268 modalidades com equidade e qualidade; fortalecer a democracia, cidadania com garantia
269 dos Direitos Humanos; portar uma infra-estrutura eficiente integradora do território
270 brasileiro; reduzir as desigualdades regionais a partir das potencialidades locais do território
271 nacional; fortalecer a inserção soberana internacional e a integração sul-americana; elevar a
272 competitividade da atividade sistêmica da economia com inovação tecnológica; promover
273 um ambiente social pacífico e garantir a integridade dos cidadãos; e a última, promover o
274 acesso com qualidade aos serviços de benefícios sociais sobre as perspectivas da

275 universalidade e da equidade, assegurando seu caráter democrático e descentralizado.
276 Citou que a Orientação Estratégica do Ministério era um documento que orientava a
277 elaboração do próximo Plano Plurianual e que possuía dois componentes: o diagnóstico
278 setorial e os objetivos setoriais. Reforçou que esse documento já estava em fase de
279 elaboração e que teria de acrescentar a parte da participação da sociedade. Informou que,
280 até o dia 31 de agosto, o Governo encaminharia ao Congresso Nacional, o caderno de
281 políticas públicas, com uma parte específica para a Previdência Social, a Lei Orçamentária e
282 o Projeto de Lei do PPA. Informou que foram identificadas, juntamente com a Casa
283 Legislativa, algumas diretrizes a serem seguidas e alguns problemas que estão relacionados
284 com a futura proposta de programação para o PPA. Informou que a participação social seria
285 feita por meio do CNPS, que é o Conselho que tinha maior representatividade, com um
286 prazo de execução de até 15 de junho – para a discussão das orientações estratégicas do
287 Ministério no CNPS – e até o dia 22 de junho – para os ajustes na orientação estratégica e
288 encaminhamento até o Ministério do Planejamento. Citou a metodologia proposta pelo
289 Ministério do Planejamento para a realização do trabalho: criação de uma comissão com
290 representantes do Ministério e do CNPS; triagem das deliberações; recomendações das
291 conferências que ocorreram, no período de 2003/2006, para se verificar o que podia ser útil
292 para a elaboração do PPA – classificando em: as recomendações relacionadas à
293 competência exclusiva do Ministério da Previdência Social; as recomendações relacionadas
294 às competências exclusivas de outros Ministérios e as relacionadas às competências
295 comuns a mais de um Ministério –; e fazer a priorização das recomendações. Informou que
296 após finalizarem o processo, a comissão enviaria as recomendações hierarquizadas aos
297 órgãos específicos, ao Ministério, aos outros Ministérios, que forem exclusivas, e aos que
298 tem competências comuns a mais de um Ministério, ao Ministério do Planejamento e a
299 Secretaria Geral da Presidência da República, responsável pela articulação interministerial.
300 Informou que o documento de Orientação Estratégica do Ministério estava em fase de
301 elaboração e seria enviado, posteriormente, a todos para sugestões e aprimoramentos.
302 Ressaltou que, cumpridas todas as etapas, o documento seria encaminhado ao Ministério
303 do Planejamento para subsidiar a proposta de elaboração da programação para o PPA
304 2008/2011 e o Orçamento de 2008. Concluiu a sua apresentação agradecendo a todos e
305 abriu a palavra para as dúvidas e questionamentos. O Sr. Presidente sugeriu que se fizesse
306 a distribuição do trabalho por *e-mail* a todos os conselheiros para que até o dia 11 de junho
307 se posicionassem a respeito do assunto. Sugeriu também a criação de um grupo de
308 trabalho, com delegação do plenário do CNPS, composto por representantes dos
309 trabalhadores, dos empregadores, do Governo, dos aposentados e pensionistas. O Sr.
310 conselheiro Nilson Bahia pediu a palavra e solicitou que a resposta da análise fosse
311 encaminhado por *e-mail*. O Sr. Presidente atendeu a solicitação e passou o *e-mail* do CNPS
312 – cnps@previdencia.gov.br – para recebimento das respostas. Sugeriu o dia 14 de junho, à
313 tarde, para se reunirem e discutirem as respostas. Confirmou a presença do Sr. Marcos Kroll
314 na reunião. O Sr. conselheiro Leonardo Paixão pediu a palavra e solicitou que
315 encaminhasse o material para o Conselho de Gestão da Previdência Complementar
316 também e indicou a Sra. Adriana para fazer parte do grupo de trabalho, o que o Sr.
317 Presidente da mesa aprovou. O Sr. conselheiro Nilson Bahia pediu a palavra e indicou o Sr.
318 conselheiro Luis Antônio da Força Sindical para participar como membro do grupo de
319 trabalho. O Sr. conselheiro Evandro José pediu a palavra e sugeriu que deixasse em aberto
320 a participação. O Sr. Presidente acatou a solicitação e reforçou que era necessário ter pelo
321 menos um representante da parte dos trabalhadores e dos empregados e perguntou se o
322 Sr. conselheiro Evandro José poderia ficar como representante dos trabalhadores, ao que
323 este respondeu que sim. Perguntou se o Sr. conselheiro Roberto Nogueira poderia
324 participar, mas ele já estava com compromisso para aquela data. Informou que convidaria a
325 Sra. Adriana Guintini, da CNT, que era membro ainda do Conselho, para participar do grupo
326 de trabalho. Confirmou que a reunião do grupo de trabalho aconteceria no dia 14 de junho,
327 às 14h30min, na sala de Reuniões da Secretaria de Previdência Social, no sétimo andar do
328 Ministério da Previdência Social. Agradeceu ao Sr. Marcos Kroll e passou a palavra ao Sr.

329 Rodrigo Antunes para fazer a apresentação do processo de Elaboração do Orçamento de
330 2008.

331

332 3. Parâmetros para o Orçamento 2008

333

334 O Sr. Rodrigo Antunes iniciou a sua apresentação anunciando os pressupostos econômicos
335 e fiscais sobre os quais foi elaborada a LDO e que prevê também os mesmos parâmetros
336 para a elaboração do orçamento. Ressaltou que a LDO era um projeto de lei que foi
337 encaminhado ao Congresso no dia 15 de abril. Informou que a lei de Diretrizes
338 Orçamentárias, prevista no Art. 165 da Constituição, definia basicamente: “As prioridades e
339 metas da Administração Pública Federal, tanto financeira quanto de programação física;
340 Diretrizes para a Elaboração e Execução da Lei Orçamentária; Previsões para alteração na
341 Legislação Tributária; Política de aplicação dos recursos das agências de fomento como:
342 BNDES, Banco do Nordeste; e, Normas e parâmetros para despesas com pessoal e
343 encargos sociais”. Citou os pressupostos da LDO no âmbito do salário-mínimo e aspectos
344 fiscais. Ressaltou que a legislação relativa às contas de desvinculação das receitas da
345 União, chamadas de DRU, estavam expirando esse ano, mas que as suas normas seriam
346 prorrogadas para os próximos dois anos. Relacionou as metas e prioridades da
347 Administração Pública Federal nos aspectos de *superávit* primário e as metas e prioridades
348 programáticas. Ressaltou que a LDO não fixou metas fixas de ação, de programação,
349 porque elas podem ser alteradas, falou que as metas foram remetidas para serem fixadas
350 no novo PPA. Mostrou três quadros: o primeiro, com resultados fiscais 2005/2006 e a
351 previsão para 2007; o segundo, com resultados esperados para 2008, 2009 e 2010, e
352 ressaltou que aquele quadro era uma exigência da Responsabilidade Fiscal; e o terceiro, o
353 comportamento da dívida em relação ao PIB. Apresentou os aspectos orçamentários da
354 LDO com suas alterações e ressaltou que caso o PLOA não fosse aprovado até 31/12/2007,
355 nenhuma despesa obrigatória ou discricionária, para o ano seguinte, poderia ser executada,
356 porque não haveria uma Lei Orçamentária aprovada. Falou da aplicação de recursos das
357 agências de fomento e citou os exemplos da CEF, Banco do Brasil e o BNDES. Mostrou as
358 despesas com pessoal e encargos sociais destacando os limites para a proposta de 2008 e
359 a medida prevista no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento): limitação do
360 crescimento anual da folha de pessoal à taxa de inflação (IPCA), acrescida de 1,5%, ao ano,
361 e ressaltou que a medida ainda era um projeto de lei que estava em tramitação no
362 Congresso. Citou algumas disposições importantes na LDO: a possibilidade de redução dos
363 limites mínimos de contrapartida dos Estados e Municípios para os projetos incluídos no
364 Programa de Aceleração do Crescimento e a exigência dos entes subnacionais e entidades
365 privadas – entidades que receberam os recursos dos convênios e que deveriam
366 disponibilizar, na sede ou na *Internet*, a prestação de contas desses recursos obtidos.
367 Mostrou o cronograma previsto para a elaboração tanto do PPA quanto da Lei Orçamentária
368 de 2008 nas suas duas fases: a qualitativa – o encaminhamento da programação dos
369 Ministérios ao Ministério do Planejamento, até o dia 1º de junho; as discussões e definições
370 entre o Ministério do Planejamento e os setoriais, até o dia 1º de julho, podendo essa data
371 ser ajustada de acordo com as necessidades de cada ministério –; e a quantitativa – a
372 divulgação dos limites de despesas discricionárias, no dia 9 de julho; prazo para o setorial
373 fazer a distribuição e a programação, até o dia 10 de agosto; a análise e a consolidação do
374 Ministério do Planejamento, a partir do dia 10 de agosto; e o envio ao Congresso Nacional,
375 no dia 31 de agosto. Apresentou alguns aspectos relevantes para a programação do
376 Ministério da Previdência, tais como: manutenção da estrutura programática e do foco em
377 melhoria do atendimento e modernização tecnológica; transferência do Programa 0084 de
378 arrecadação previdenciária para o Ministério da Fazenda, em virtude da criação da Super
379 Receita; e o envio, ao Congresso, de um projeto de lei com a criação da Previc –
380 estruturação da Secretaria de Previdência Complementar –, e em complemento a esse
381 assunto citou alguns exemplos de impacto financeiro para a Previdência Social como o caso
382 das legislações específicas para: as pessoas que tiveram hanseníase e recebem pensão
383 vitalícia mensal de 750 reais; indenização à família das pessoas que morreram no

384 lançamento do satélite que explodiu em Alcântara; o pessoal da hemodiálise de Caruarú.
385 Reforçou que os recursos sairão da conta do Tesouro para essas legislações especiais. O
386 Sr. Rodrigo Antunes encerrou a sua apresentação agradecendo a todos e se dispôs às
387 dúvidas e perguntas. Em seguida, esclareceu a dúvida do Sr. conselheiro Evandro José a
388 respeito da discriminação do resultado primário obtido ser *superávit*. Esclareceu a dúvida da
389 Sra. conselheira Josepha Theotônia, da aplicação para as áreas de seguridade social ser
390 integral. A Sra. conselheira Josepha Theotônia solicitou que fosse acrescentado à pauta de
391 uma outra reunião do Conselho o caso da Seguridade Social ter *superávit*, para maiores
392 esclarecimentos, o que foi aceito pelo Presidente da mesa. O Sr. conselheiro Guilherme
393 Delgado pediu a palavra e solicitou que a Secretaria de Orçamento e Finanças
394 apresentasse, separado e individualizadamente, o orçamento da seguridade e o orçamento
395 fiscal. O Sr. Presidente ressaltou que na reunião de junho do CNPS teria de ser avaliada
396 qual a data da reunião de julho para a participação adequada do CNPS no processo de
397 discussão da elaboração orçamentária antes de seu envio para o Congresso Nacional. O Sr.
398 conselheiro Leonardo Paixão pediu a palavra e perguntou se era possível a revisão do PPA,
399 ao que o Sr. Rodrigo Antunes respondeu que todo ano o Plano Plurianual era revisto. O Sr.
400 Presidente agradeceu a participação do Sr. Rodrigo Antunes no CPNS e passou a palavra
401 ao Sr. João Donadon que faria o informe sobre a Emenda 3.

402

403 **V – OUTROS ASSUNTOS**

404

405 1 – Emenda 3

406

407 O Sr. João Donadon começou a sua apresentação fazendo um relato geral sobre o
408 fundamento da Emenda 3, que está no Art. 6º da Lei 10.593 de 2002, que introduz o
409 parágrafo 4º que diz : “O exercício das atribuições da autoridade fiscal de que trata esta lei,
410 a desconsideração da pessoa, ato ou negócio jurídico que implique reconhecimento de
411 relação de trabalho, com ou sem vínculo empregatício, deverá sempre ser precedida de
412 decisão judicial”. Informou que o parágrafo tinha sido vetado pelo Presidente da República.
413 Em seguida, ele falou sobre as categorias dos associados no âmbito da Previdência Social
414 com suas diversas contribuições diferentes e que a preocupação maior estava com relação
415 ao trabalhador autônomo que, até 1999, recolhia 8%, e que, a partir de 1999, passou a
416 recolher 20% sobre a sua remuneração. Ressaltou que, até 1999, um trabalhador podia ser
417 contratado tanto como empregado quanto como autônomo, sendo que o segundo caso era
418 mais vantajoso para a empresa, pois os impostos a serem pagos eram menores. Ressaltou
419 ainda que havia regras bem definidas sobre quem podia ser autônomo ou não, mas que
420 essas regras foram muito flexibilizadas ao ponto de se começarem, então, a contratar
421 pessoas físicas como pessoas jurídicas, com inscrição de uma empresa prestadora de
422 serviço individual, e nesse caso a empresa não teria encargos. Ressaltou ainda que o
423 problema de uma pessoa física virar uma pessoa jurídica é que ela fica sem cobertura da
424 Previdência Social. Informou que essa prática estava sendo combatida pela fiscalização
425 com prerrogativas da CTN, mas que com a Emenda 3 não era permitido que a fiscalização
426 atuasse antes que haja uma decisão judicial, o que afronta a CTL no seu Art. 9º. Enfatizou
427 que, se essa prática continuar, caracterizará o descumprimento da relação de trabalho.
428 Conclui a sua apresentação informando que o Governo apresentou uma proposta
429 conciliatória ao Congresso Nacional, que está em discussão, para se decidir se vai haver
430 manutenção de alguma regra na legislação, se derruba a emenda, ou se nada acontece e
431 permanece tal como está. O Sr. Presidente agradeceu a explanação do Sr. João Donadon e
432 passou a palavra para o Sr. conselheiro Roberto Nogueira, que defendeu a questão de que
433 o veto devia ser mantido, por achar que a descaracterização de uma pessoa jurídica era
434 algo muito sério e ressaltou que os fiscais deveriam fiscalizar com o intuito de verificação de
435 fraude. Ressaltou que a posição da CNC no Senado e na Câmara foi clara em relação a
436 ninguém estar buscando alternativas para as empresas que estão praticando isso, porque
437 elas terão de responder por seus atos posteriormente. Informou que inicialmente essa
438 discussão era somente no aspecto fiscal, depois passou ao aspecto previdenciário e agora

439 já estava sendo discutido no aspecto trabalhista e que aquele problema tinha de ser
440 resolvido pela sociedade e não por empresas isoladas. O Sr. Presidente agradeceu ao Sr.
441 conselheiro Roberto Nogueira pelo acréscimo de informações fornecidas e passou a
442 discorrer sobre o informe da quantidade de quotas e valor do salário-família pago pelo INSS.
443

444 2 - quantidade de quotas e valor do salário-família pago pelo INSS

445

446 O Sr. Presidente informou que, para se fazer o monitoramento do salário-família, era
447 necessário utilizar a guia GEFIP que dava informações da empresa em relação às
448 contribuições pagas por ela. Ressaltou que, no último monitoramento que havia sido feito,
449 em 2002, haviam sido registradas 5,1 milhões de cotas de salário-família, sendo pagas aos
450 assalariados, e que o valor do benefício somado era de 843 milhões de reais. Informou que
451 o monitoramento do salário-família, em 2007, tinha registrado 7 milhões de cotas e que o
452 valor do benefício somado era de 1 bilhão e 890 milhões de reais. Justificou que a diferença
453 do resultado do monitoramento se devia à formalização do mercado de trabalho, ao
454 aumento do benefício – que antes possuía uma única faixa e que agora existem duas faixas:
455 trabalhadores que recebem quatrocentos e quarenta e nove reais e noventa e três centavos
456 e que têm direito a um salário-família, por filho, de vinte e três reais e oito centavos; e
457 trabalhadores que recebem acima desse valor e até seiscentos e setenta e seis reais e vinte
458 e sete centavos e que têm direito a um salário-família, por filho, de dezesseis reais e vinte e
459 sete centavos, o que favoreceu a faixa dos trabalhadores mais pobres. Informou que seria
460 feita uma nota técnica daqueles dados e que seria distribuída a todos. O Sr. Presidente citou
461 alguns pontos para a pauta da próxima reunião: como funciona a 135; a questão dos
462 médicos peritos; um informe sobre as pensões após o julgamento do Supremo; a versão
463 final do estudo do Simples; a questão do orçamento da seguridade social; índices de
464 reajustes dos benefícios acima do salário-mínimo. Foi aprovada por unanimidade, pelo
465 Conselho do CNPS, uma moção de solidariedade às pessoas mais próximas do médico
466 perito que foi assassinado. Foi distribuído para todos os conselheiros um exemplar de um
467 livro sobre fundos de pensão, da coleção Previdência Social, escrito pelo Sr. Ricardo Pena
468 Pinheiro, diretor de assuntos econômicos da Secretaria de Previdência Complementar.
469

470 **VI – ENCERRAMENTO**

471 Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos, desejando-
472 lhes um bom retorno às suas casas, e declarou encerrada a 132ª Reunião Ordinária do
473 Conselho Nacional de Previdência Social. Para constar, eu,
474 _____, lavrei a presente Ata. Brasília, 30 de maio de 2007.